

Circular nº 229/2025

Brasília (DF), 23 de maio de 2025.

Às seções sindicais, às secretarias regionais e às(aos) Diretoras(es) do ANDES-SN.

Assunto: Informa sobre o cenário de desfinanciamento das instituições federais de ensino e a luta em defesa dos orçamentos das IFEs.

Companheiras(os),

Nas últimas semanas, diversas reitorias informaram às comunidades universitárias sobre os impactos dos cortes e contingenciamentos de orçamento em 2025, que afetam atividades cotidianas de ensino, pesquisa e extensão, bem como indicam uma situação insustentável, com a possibilidade de cortes de bolsas, demissão de terceirizadas(os), etc.

Há uma preocupação generalizada com o Decreto nº 12.448/2025, que estabelece o repasse de 1/18 do orçamento por mês, com a promessa de que o restante do total será liberado em dezembro. Essa manobra do governo Lula-Alckmin criará dificuldades para execução do orçamento (já cortado) das IFES, que terão poucos dias em dezembro para realizar as tramitações internas de gasto, se houver liberação de recursos. O quadro se agrava devido ao longo período já vivenciado sob a lógica do teto de gastos, que afetou diretamente o dia a dia das universidades, institutos federais e CEFETs.

A realidade do financiamento das instituições federais de ensino nos últimos 10 anos demonstra um movimento contrário em relação à década anterior.

O que se observa é uma política de desfinanciamento com o consequente sucateamento da estrutura física, redução das políticas de permanência estudantil e perda da capacidade para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão universitárias.

No que se refere às universidades, por exemplo, o que se constata é a duplicação do número de matrículas em cursos de graduação, avançando de 564.911, em 2005, para 1.046.467, em 2014, e a manutenção desse volume de matrículas em 2024, com redução significativa das Despesas Discricionárias. Portanto, uma realidade catastrófica para estudantes, docentes e técnicas(os) dessas instituições na garantia da oferta das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ao incluir as matrículas em cursos de pós-graduação stricto sensu, ampliam-se as contradições quando relacionadas ao financiamento. Em 2005, as matrículas totais nestes cursos nas Universidades Federais foram de 58.134; em 2014, alcançou 124.454; e o último com dados disponíveis apresentou 178.507 para o ano de 2023, fechando crescimento de 207% em relação a 2005 e de 43% em relação a 2014.

No ano de 2024, as Universidades Federais passaram por novos cortes orçamentários, após uma pequena retomada em 2023, com o retorno das atividades presenciais pós-pandemia. Os dados deste período, desconsiderando a inflação do período, apresentam importante crescimento do total das despesas previstas no Projeto de LOA em 2023 para o valor após a aprovação da LOA, saltando de R\$ 52,8 bilhões para R\$ 58,1 bilhões, com crescimento de 10,1% (R\$ 5,3 bilhões), e valor liquidado em R\$ 56,2 bilhões, com redução de 3,4% (R\$ 1,9 bilhões) em relação ao valor após a aprovação da LOA. Em 2024, o cenário partiu de R\$ 58,9 bilhões na PLOA, ampliou para R\$ 61,4 bilhões após a aprovação da LOA e fechou o ano com R\$ 59,0 bilhões; portanto, crescimento de 4,3% (R\$ 2,5 bilhões) e redução de 3,9% (R\$ 2,4 bilhões), portanto ocorreu um crescimento dos cortes para o ano de 2024.

Para o ano de 2025, uma nova programação de execução das despesas foi publicada em 30 de abril. Até a primeira quinzena de maio, o liquidado total do MEC foi R\$ 23,6 bilhões com as Despesas Discricionárias; desse total, R\$ 2,5 bilhões estão nas Universidades Federais. Com a programação apresentada no

Decreto nº 12.448/2025, até maio ficou garantido empenho até R\$ 10,7 bilhões; de junho a novembro, mais R\$ 21,4 bilhões; e, para dezembro, o valor de R\$ 33,8 bilhões. A soma ficará abaixo do aprovado na LOA para 2025, que contabilizou R\$ 102,6 bilhões, então, por ora, está demarcado um possível contingenciamento de R\$ 13,1 bilhões das Despesas Discricionárias do MEC, com um agravante: a liberação apenas em dezembro de elevado montante para empenho, o que dificulta sobremaneira a execução das despesas. Na prática, essa programação impõe a efetivação de cortes ainda maiores para os diversos órgãos da administração federal, principalmente os setores da educação e da saúde, que administram recursos vinculados elevados e, recorrentemente, demandam a necessidade de licitação para execução das despesas.

Até meados de maio, as Universidades Federais haviam liquidado apenas 23% das Despesas Discricionárias aprovadas na LOA de 2025, representando R\$ 2,5 bilhões dos R\$ 10,8 bilhões previstos. O que indica que há grandes possibilidades de o total dessas despesas ficar abaixo do executado em 2024, já que o volume aprovado na LOA de 2024 permaneceu no mesmo patamar de 2025, ou seja, não ocorreu ampliação de autorização de uso das Despesas Discricionárias para as Universidades Federais entre 2024 e 2025, e com o torniquete imposto pelo Decreto nº 12.448/2025, o cenário desfinanciamento tende a permanecer.

Com relação à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Conif alerta que os impactos do Decreto nº 12.448, aliados à liberação parcial de 37% do orçamento previsto para dezembro de 2025, com prazo restrito para empenho, dificultam o cumprimento de compromissos essenciais das 685 unidades da Rede Federal, como pagamento de bolsas estudantis, manutenção de campi, contratos de serviços (energia, limpeza, segurança) e execução de projetos pedagógicos, de pesquisa e extensão, com destaque para o comprometimento da assistência estudantil e para o Atendimento Educacional Especializado (AEEs), que garantem a inclusão e o suporte a estudantes com necessidades específicas.

O argumento do governo para frear a realização das despesas é a arrecadação; contudo, esta tem se mostrado estável e com crescimento real,

quando comparada mês a mês, assim como em relação a 2024. Para abril de 2025 a receita líquida apresentou crescimento real de 4,9%, em relação a abril de 2024, portanto, um crescimento acima da inflação, na ordem de R\$ 212,3 bilhões. As despesas, por sua vez, fecharam abril com crescimento real de R\$ 194,6 bilhões, gerando saldo mensal que, no acumulado de 2025, alcança R\$ 73,9 bilhões, indicando arrecadação superior em relação às despesas.

O governo Lula- Alckmin optou por dar continuidade à política de Teto de Gasto que Temer e Bolsonaro executaram de modo catastrófico para os direitos da classe trabalhadora. O chamado Novo Arcabouço Fiscal foi desenhado para agradar a banca neoliberal que existe dentro e fora do governo. O mercado não passa um dia sem agradecer os esforços do ministro Haddad em garantir a lógica de diminuição do gasto público, que penaliza as(os) mais pobres, ao mesmo tempo que as mídias e empresárias(os) mostram os dentes para qualquer sinalização do governo de executar a sobrevida das políticas sociais.

No MEC, temos um ministro que só escuta as(os) empresárias(os) da educação e demonstra lentidão em cumprir itens dos acordos de nossa greve de 2024. Esse é o MEC que não se posiciona sobre os cortes nas universidades, institutos federais e CEFETs. Neste contexto, ressurgem com força as propostas, inclusive de reitoras(es), da busca de financiamento complementar, entenda-se privado, para as instituições públicas. Ao mesmo tempo em que tem colocado reitoras(es) nos corredores do Congresso para suplementar o orçamento através das emendas parlamentares.

O ANDES-SN tem pautado essa situação e suas consequências junto às entidades da educação e demais entidades do serviço público. A partir de nossas deliberações de base, estamos envidando esforços para construir agendas de lutas unitárias que tenham como centralidade barrar e reverter os cortes e contingenciamentos nos orçamentos das IFES.

Como parte desse processo, conclamamos as seções sindicais a realizarem atividades e mobilizarem as(os) docentes para que participem da luta contra os cortes, em defesa da educação pública, em articulação com técnicas(os), estudantes e entidades do serviço público, no dia 29 de maio de 2025, apoiando a

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

fundado em 19 de fevereiro de 1981

iniciativa da UNE de construir um dia nacional de luta e mobilizações em defesa do orçamento da rede federal de ensino.

Pela imediata revogação do Decreto nº 12.448/2025!

Pela recomposição dos orçamentos das IFES!

Pelo fim do Arcabouço Fiscal!

29 de Maio – Contra dos cortes na educação!

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof.^a Caroline de Araújo Lima
1^a Secretária